

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CÂMARA TÉCNICA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS - CTINS /CERH**
Ata da reunião 01/2025

1
2
3
4
5 No dia 04 de fevereiro de 2025, às **09h20min.**, ocorreu no formato híbrido, por
6 meio da plataforma Zoom, a Reunião nº01/2025 da Câmara Técnica dos
7 Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos do Conselho Estadual
8 de Recursos Hídricos – CTINS/CERH. Ao iniciar a reunião, o coordenador da
9 Câmara Temática dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos,
10 Sr. Tiago Bacovis, agradeceu a presença de todos e solicitou a apresentação
11 com nome e indicação do órgão representante dos presentes; tendo sido
12 verificado o cumprimento do quórum exigido para legitimar o início dos trabalhos
13 técnicos da CTINS/CERH, que é a presença mínima de 05 (cinco) membros -
14 maioria simples, conforme art. 43 c/c o art. 36 do Regimento Interno do CEMA,
15 estiveram presentes os respectivos membros: Sra. Aline Conti (Secretária
16 Executiva do CERH), Sr. Tiago Bacovis (IAT); Sr. Nicolas Lopardo (SANEPAR);
17 Sr. Luciano Rodrigues Penedo (SANEPAR); Sr. Herman Vargas (ABAS); Sr.
18 Leonardo Silvestre (OCEPAR); Sra. Jessica Cristine Neves Schner (ABES); Sr.
19 Paulo Moura (FIEP); e Sra. Jessica Cristine Neves Schner (ABES); Ato contínuo
20 à contagem do quórum, o coordenador informou aos participantes os itens da
21 pauta, conforme especificado no Ofício de Convocação: 1) Abertura –
22 Coordenador da CTINS/CERH; 2) Aprovação da Ata da Reunião nº04/2024; 3)
23 Composição do Grupo de Trabalho de Águas Subterrâneas; 4) Assuntos Gerais;
24 5) Encerramento. Em seguida a palavra foi repassada ao Coordenador Tiago
25 Bacovis para a condução da reunião, o qual agradeceu a presença de todos e
26 em seguida submeteu à deliberação o 1º item da pauta, correspondente a Ata
27 da Reunião nº04/2024 CTINS/CERH, propondo a dispensa da leitura da mesma
28 tendo em vista que o documento foi encaminhado por e-mail a todos os membros
29 da Câmara bem como disponibilizado na página do CERH/CTINS, a qual foi
30 aprovada por unanimidade sem qualquer ressalva. Ato contínuo, passou-se para
31 o item 2, que trata da Composição do Grupo de Trabalho de Águas
32 Subterrâneas; o Sr. Tiago Bacovis iniciou sua fala esclarecendo que este item

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

33 havia sido discutido na última reunião, na qual foi aprovada uma composição, e
34 que o protocolo referente a essa decisão havia sido encaminhado ao Instituto
35 Água e Terra (IAT), onde estavam em tramitação dois protocolos distintos; que
36 a proposta inicial era formar um grupo dentro do IAT e outro na câmara técnica,
37 no entanto, diante do recente despacho do diretor-presidente do IAT, foi decidido
38 a formação de um único grupo, com o objetivo de otimizar a agilidade do
39 processo e evitar a necessidade de rediscutir o tema em duas instâncias; sendo
40 assim a recomendação foi unificar os grupos, e em função disso o Sr. Tiago
41 Bacovis apresentou a proposta de fusão dos dois grupos e, com base nos
42 membros de ambos, constituiu um único grupo, cuja composição será discutida
43 na presente reunião. Ressaltou que o Grupo de Trabalho será composto por até
44 dez membros, sendo eles: Nizara Ratiele (IAT), Rafael Pereira Duarte (IAT) e
45 Luciano Cordeiro (IAT), posto que os representantes do IAT pertencem a
46 diferentes diretorias – Diretoria de Licenciamento e Outorga, Diretoria de
47 Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos e Diretoria de Gestão Territorial.
48 Também integram o grupo o Sr. Herman Vargas (ABAS), Marcos Justino Guarda
49 (SANEPAR), Gustavo Barbosa Thaíde (UFPR), José Paulo Picinini (UEL),
50 Cristiane Krauss (UFPR – Campus Campo Mourão), Tiago Luan (IDR) e Breno
51 Henrique (CABE). Além dos membros fixos, participarão como convidados Milton
52 Luiz Breno, representando o MEP, e Geraldo Magela, representando a FIEP. As
53 instituições OCEPAR e FAE também serão convidadas a integrar o grupo como
54 convidados, devendo indicar seus representantes por meio de ofício para
55 viabilizar as convocações. Ato contínuo, o Sr. Paulo Moura solicita a palavra e
56 declara que, apesar da FIEP concordar em permanecer como convidada,
57 questiona a simetria da composição do grupo de trabalho, uma vez que todas as
58 demais instituições são de caráter público, com exceção da ABAS, que é privada.
59 Nesse sentido, sugere que, para manter a uniformidade e evitar futuras
60 discussões, a ABAS também seja alocada como convidada, permitindo a
61 inclusão da MEP como membro efetivo, considerando que a principal diferença
62 entre membros e convidados reside no direito a voto; em resposta, o Sr. Tiago
63 Bacovis esclarece que a MEP, por meio de seu representante, solicitou sua

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

64 participação como convidada e destaca a importância da ABAS para a temática
65 do grupo, especialmente no que se refere às águas subterrâneas. Diante disso,
66 optou-se por manter a ABAS, as três universidades, o IAT e o IDR como
67 membros efetivos, tendo em vista a relevância de suas demandas dentro do
68 grupo de trabalho. Ainda sugere que os órgãos públicos diretamente envolvidos
69 com a gestão de águas subterrâneas tragam temas específicos para discussão
70 no GT; Em sequência, o Sr. Herman Vargas pede a palavra e esclarece que a
71 ABAS não é uma instituição privada, mas sim uma ONG profissional do terceiro
72 setor, que organiza e fomenta politicamente a profissão, coordenando e
73 incentivando estudos em parceria com o IAT. Ele enfatiza que a ABAS deve
74 liderar a coordenação dos trabalhos, pois, além de ser uma associação
75 profissional, foi a idealizadora e promotora da iniciativa. Destaca, ainda, que a
76 atuação da ABAS tem sido essencial na articulação do grupo, viabilizando
77 debates e mobilizando os envolvidos. Por fim, antecipa-se e solicita formalmente
78 que lhe seja concedida a função de coordenador das discussões. Em resposta,
79 o Sr. Paulo Moura reforça que, por se tratar de uma ONG, a ABAS é, na
80 realidade, uma instituição privada, pois a própria definição de ONG remete a uma
81 organização não governamental. Ato contínuo, a palavra é passada ao Sr.
82 Nicolas Lopardo, que menciona não ter encontrado no regimento interno
83 informações específicas sobre a questão, no entanto, com base em sua
84 experiência, observa que, em câmaras técnicas de comitês, o coordenador
85 normalmente não ocupa uma das vagas destinadas aos representantes. Diante
86 disso, sugere que, caso o grupo entenda que o Sr. Herman Vargas deve ser o
87 coordenador, poderia ser aberta uma vaga adicional, possibilitando a inclusão
88 do Sr. Paulo Moura sem prejuízo à atual composição do GT. Ressalta, no
89 entanto, que é necessário verificar se essa possibilidade se aplica ao grupo de
90 trabalho em questão. Passada a palavra, o Sr. Tiago Bacovis, por sua vez,
91 esclarece que a dinâmica do GT difere da estrutura das câmaras técnicas dos
92 comitês. Em seguida, menciona a indicação do Sr. Herman Vargas como
93 coordenador e informa que essa definição será formalizada na primeira reunião
94 do grupo de trabalho. Por fim, considerando as manifestações apresentadas, a

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

95 questão da participação da FIEP é colocada em votação. A composição do
96 Grupo de Trabalho de Águas Subterrâneas é aprovada conforme a proposta
97 enviada, com a inclusão, além dos quatro convidados, da MEP e da FIEP, sem
98 nenhuma abstenção. Ato contínuo, no item 3 da pauta, referente a assuntos
99 gerais, a palavra foi concedida ao Sr. Nicolas Lopardo, que apresentou dois
100 pontos para reflexão e organização dos trabalhos futuros. Inicialmente,
101 mencionou que tem mantido contato frequente com seu suplente, Sr. Luciano,
102 buscando garantir que ambos estejam alinhados e cientes das discussões,
103 permitindo que, na ausência de um, o outro possa acompanhar as deliberações
104 sem prejuízo ao andamento dos temas tratados. Em seguida, apresentou a
105 primeira proposta, relacionada ao fluxo de trabalho e à necessidade de um
106 planejamento adequado das pautas. Destacou que, na última reunião, diversos
107 temas foram retirados da pauta por não serem de competência da câmara
108 técnica, mas sim do conselho. No entanto, observou que havia uma grande
109 quantidade de itens a serem analisados e a impressão inicial era de que todos
110 seriam deliberados naquela mesma ocasião. Ressaltou que, como o próprio
111 nome indica, a câmara técnica tem a função de aprofundar tecnicamente os
112 temas antes de submetê-los à apreciação final. Diante disso, sugeriu a criação
113 de uma agenda estruturada, garantindo que cada item seja discutido em
114 reuniões subsequentes pelo tempo que for necessário, até que haja um
115 consenso sobre sua aprovação ou rejeição. Ainda sobre esse ponto, enfatizou
116 que, na última reunião, percebeu que alguns participantes não tinham clareza de
117 que os temas exigiam um debate mais aprofundado. Para evitar aprovações
118 precipitadas, diversos membros solicitaram vistas dos processos. Assim,
119 reforçou a importância de que demandas urgentes não sejam submetidas à
120 câmara técnica de última hora, sob o risco de prejudicar a análise adequada dos
121 documentos. Citou, como exemplo, um processo com 600 páginas que foi
122 apresentado sem tempo hábil para exame detalhado, o que gerou desconforto.
123 Explicou que esperava que, nesses casos, houvesse um debate estruturado, no
124 qual o solicitante da vista expusesse suas razões, seguidas de uma explicação
125 detalhada da resposta obtida, para que houvesse uma discussão criteriosa,



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

126 podendo se estender por mais de uma reunião, caso necessário. Dessa forma,
127 as decisões seriam tomadas de maneira fundamentada e com segurança,
128 evitando aprovações baseadas apenas na urgência da pauta. Concluiu esse
129 primeiro ponto recomendando que os órgãos gestores encaminhem previamente
130 documentos relevantes para que possam ser discutidos com o devido tempo e
131 aprofundamento. Como exemplo, citou a aprovação de um plano financeiro de
132 grande porte, ressaltando que é essencial que esses documentos sejam
133 entregues com antecedência suficiente para análise, evitando que decisões
134 sejam tomadas por falta de informação, e não por posicionamento contrário ao
135 conteúdo apresentado. Na sequência, apresentou o segundo ponto, relativo ao
136 acompanhamento das deliberações registradas em ata. Explicou que tem
137 observado – e que essa percepção também foi compartilhada pelo Sr. Luciano
138 – que, frequentemente, as atas são extensas e registram diversas deliberações
139 e encaminhamentos. No entanto, na reunião subsequente, o documento é
140 apenas lido e corrigido, sem que haja um acompanhamento efetivo das ações
141 previamente determinadas. **Assim, sugeriu que a ata passe a ser estruturada**
142 **de forma mais organizada, registrando, ao final, um resumo claro dos**
143 **encaminhamentos pendentes para a reunião seguinte. Isso evitaria que**
144 **temas importantes sejam esquecidos ou fiquem sem desdobramentos por**
145 **conta da inclusão de novas pautas nas reuniões seguintes.** Destacou que
146 essa prática contribuiria para garantir maior continuidade e efetividade nas
147 discussões. Por fim, ressaltou que essas sugestões eram apenas reflexões para
148 aprimorar o funcionamento do grupo e que não havia necessidade de
149 deliberação imediata, apenas o registro da preocupação manifestada em
150 discussões internas. Ato contínuo, a palavra foi passada ao Sr. Luciano, que
151 corroborou a exposição do Sr. Nicolas e enfatizou a necessidade de uma análise
152 ainda mais criteriosa quando estiverem em pauta aprovações envolvendo
153 valores financeiros. Reforçou que a deliberação sobre recursos exige a
154 apresentação detalhada de um orçamento, possibilitando um exame técnico e
155 responsável. Ressaltou que, na reunião anterior, a única informação disponível
156 era o valor total a ser aprovado, sem detalhamento suficiente, o que

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

157 comprometeu a qualidade da análise e a segurança na tomada de decisão. Por
158 fim, a palavra foi passada ao Sr. Sr.Tiago Bacovis que agradece e registra as
159 contribuições, e sem mais manifestações no âmbito dos Assuntos Gerais, o
160 Coordenador agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente
161 reunião.